

Carta Aberta aos deputados da Assembleia da República

Exmos. Senhores Deputados,

As organizações católicas para as migrações dirigem-vos esta missiva no seguimento do cerco sanitário ao município de Odemira, que pôs a descoberto a situação degradante em que vivem milhares de trabalhadores agrícolas imigrantes.

Creiam V. Exas. que queremos estar do lado da solução para este problema - que deve envolver entidades públicas e privadas. A dignidade dos imigrantes tem que ser garantida por todos, nos termos das Convenções Internacionais a que o Estado português se obriga em nosso nome.

Por isso, vimos apelar à imediata tomada de medidas. Algumas das medidas só terão resultados a longo prazo, mas a sua execução deverá ser imediata.

Pedimos a V. Exas que requeiram a audição dos responsáveis pelas áreas relacionadas com as políticas de habitação e trabalho. É preciso saber exatamente o que está a ser feito e planeado, se queremos garantir que realmente algo vai mudar.

Nestes termos, deverão ser ouvidos:

- 1- O Ministro das Infraestruturas e Habitação
 - a. Para que explique como pode o Governo garantir ou promover a apresentação por parte dos Municípios propostas de habitação e se esses planos contemplam respostas às necessidades de habitação dos trabalhadores imigrantes sazonais.
 - b. Para que explique o que fará o Governo para que o Plano de Recuperação e Resiliência seja devidamente executado e supra as necessidades de habitação dos trabalhadores imigrantes sazonais.
- 2- A Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
 - a. Para que informe sobre as ações que o seu Ministério tomou junto das entidades sindicais e empregadoras para que sejam garantidas condições dignas de trabalho.
 - b. Para esclareça sobre a possibilidade de celebração de convenções coletivas de trabalho que garantam condições dignas de trabalho e de habitação dos trabalhadores sazonais.
- 3- A Presidente do Conselho Diretivo do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU)
 - a. Informe sobre o que foi feito pelo IHRU para criar soluções de habitação para as pessoas carenciadas de habitação, nomeadamente destes imigrantes sazonais.
 - b. Clarifique se os municípios solicitaram os apoios disponíveis (em particular os do programa 1º Direito) para os planos de habitação e se esses planos contemplam respostas às necessidades de habitação dos trabalhadores imigrantes sazonais.
- 4- A Diretora da Autoridade para as Condições do Trabalho
 - a. Para que possa esclarecer sobre os processos de inquérito abertos no seguimento das notícias relacionadas com os trabalhadores imigrantes em Odemira.
 - b. Para que ofereça uma análise da situação existente em Odemira e nos outros concelhos (no Alentejo, Algarve mas também na zona Oeste) com problemas similares, do ponto de vista jurídico-laboral.
 - c. Que faça sugestões de ações a tomar para corrigir a situação

Aproveitamos a oportunidade para expressar que estamos totalmente disponíveis para reunir com V. Exas. para discutir estes assuntos e outros que permitam melhorar as condições de vida dos imigrantes.

Lisboa, 7 de maio de 2021

JRS Portugal – Serviço Jesuíta aos Refugiados

Cáritas Portuguesa

FEC – Fundação Fé e Cooperação

Obra Católica para as Migrações